EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA

<VARA\_CRIMINAL> DA COMARCA DE <COMARCA>

<Aplicar FLAGS relevantes>

Ref.: Inquérito Policial nº: <NUMERO\_IP> Boletim de Ocorrência nº: <NUMERO\_BO> Natureza:

<NATUREZA\_CRIME>

A Polícia Civil do Estado de <ESTADO>, por intermédio do(a) Delegado(a) de Polícia Civil que

esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 144, § 4º,

CF/88, Art. 4º e seguintes do Código de Processo Penal, bem como sob as premissas da Lei n.º

12.830/2013, e demais dispositivos legais correlatos, vem perante Vossa Excelência

REPRESENTAR pela:

1. DECRETAÇÃO DE PRISÃO TEMPORÁRIA

2. BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR

3. QUEBRA DO SIGILO DE DADOS DE APARELHOS ELETRÔNICOS

em face de:

[DADOS\_INVESTIGADOS] Nome: <NOME\_COMPLETO> Qualificação:

<QUALIFICAÇÃO\_COMPLETA> Endereço: <ENDEREÇO\_COMPLETO>

1. DOS FATOS <NARRATIVA\_DETALHADA> <CIRCUNSTÂNCIAS>

<DATA\_HORA\_LOCAL> <MODUS\_OPERANDI>

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1 DA PRISÃO TEMPORÁRIA

A Lei 7.960/89 estabelece em seu Art. 1º que caberá prisão temporária: I - quando imprescindível

para as investigações do inquérito policial; II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não

fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade; III - quando houver fundadas

razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do

indiciado nos seguintes crimes: […]

<FUNDAMENTAÇÃO\_ESPECÍFICA> <ENQUADRAMENTO\_LEGAL>

<NECESSIDADE\_PRISÃO>

2.2 DA BUSCA E APREENSÃO

Com fundamento no art. 240, §1º, alíneas "b", "d", "e" e "h" do Código de Processo Penal, a busca e

apreensão domiciliar se faz necessária para: <OBJETOS\_PROCURADOS>

<FINALIDADE\_BUSCA> <ENDEREÇOS\_ALVOS>

2.3 DA QUEBRA DE SIGILO DE DADOS

O acesso às informações, registros e dados estáticos contidos em aparelhos celulares/smartphones,

computadores, tablets e outros dispositivos eletrônicos que vierem a ser apreendidos se faz

necessário pelos seguintes motivos:

<FUNDAMENTAÇÃO\_QUEBRA> <NECESSIDADE\_ACESSO>

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, REQUER:

a) A decretação da PRISÃO TEMPORÁRIA de <NOME\_INVESTIGADOS> pelo prazo inicial de

<PRAZO\_DIAS> dias;

b) A expedição de MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO para os seguintes endereços:

<LISTA\_ENDEREÇOS>

c) REPRESENTAÇÃO PELA QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO em desfavor DO(S)

REPRESENTADO(S), com base nos fundamentos e fatos suprarreferidos, e nos arts. 1º e 2º, incisos

I, II e III, 3º, inciso I, e 5º, da Lei Federal nº 9.296/1996 – que regulamentou o inciso XII, in fine, do

art. 5º da Constituição Federal de 1988 pela DECRETAÇÃO DA QUEBRA DE SIGILO DE

DADOS DE APARELHOS CELULARES/SMARTPHONES,TABLETS, COMPUTADORES E

QUAISQUER OUTROS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS eventualmente apreendidos na posse

dos representados, ficando autorizado no mandado a devassa em todos os aparelhos pela: Polícia

Civil, Peritos Criminais/COIN/DIP e/ou OUTROS SETORES DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA

CIVIL, tudo após a digna manifestação do nobre membro do Ministério Público.

Por fim, REQUER, respeitosamente, que esta representação siga em segredo de justiça e sigilo

externo, para que não frustre as cautelares solicitadas, em caso de deferimento.

Nestes termos, pede que seja remetida a presente representação para manifestação ministerial do

nobre Parquet e espera deferimento, com urgência, haja vista a efetividade das cautelares

representadas

<CIDADE>, <DATA\_ATUAL>

<NOME\_DELEGADO> Delegado(a) de Polícia Matrícula <NUMERO>